



EDUCAÇÃO BILÍNGUE: CONSTITUINDO O SURDO COMO SUJEITO

Michelle Melo Gurjão Roldão (1); Girlaine Felisberto de Caldas Aguiar (1)

*Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); Michelle.tutora.letras.libras@gmail.com;
girlainefca@gmail.com*

Resumo: O presente artigo tem por objetivo sumarizar as principais pesquisas sobre a proposta de educação bilíngue para os surdos e através deste método de ensino trazer contribuições na constituição do surdo como sujeito. A metodologia de pesquisa utilizada foi à bibliográfica. Nesta, o sujeito deve adquirir a língua de sinais, como primeira língua, de forma natural e uma segunda língua, a língua da sociedade ouvinte majoritária (oral e/ou escrita), construídas por intermédio das bases linguísticas obtidas por meio da língua de sinais. Neste texto, são discutidos alguns aspectos importantes sobre a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) e sua aquisição pela criança surda, no que se refere ao desenvolvimento da linguagem, cognição e interação social. A Língua de Sinais, sendo uma língua natural da comunidade surda, permite ao Surdo “falar” e desta forma, utilizando as mãos comunica o que pensa e o que sente (TANYA, 2001). O acesso a esta língua é primordial na construção da identidade da pessoa surda em todos os seus aspectos, a saber, linguísticos, cognitivo e social. Exposto a Libras o mais precoce possível, o sujeito surdo teria assim garantido seu direito a uma língua de fato. Também se discute a importância da inserção da criança surda na educação bilíngue para formação dos processos identificatórios e culturais importantes na sua constituição como sujeito.

Palavras-Chave: Surdez, Língua de sinais, Educação Bilíngue.

1. INTRODUÇÃO

A proposta de educação bilíngue para surdos vem sendo amplamente discutida. Diante desta proposta a exposição a Libras, desde o início da vida das crianças surdas, garantiria, aos surdos, o direito a uma língua de fato e, em decorrência dela, um funcionamento simbólico-cognitivo satisfatório. Esse funcionamento simbólico-cognitivo facilitaria o ensino do Português (Souza, 1998 p. 58).

Dentro da proposta bilíngue, a Língua de Sinais é uma língua natural, adquirida de forma espontânea pela pessoa surda em contato com pessoas que a usam. Por outro lado, a língua, nas modalidades oral e escrita, é adquirida de forma sistematizada. Como primeira língua dos surdos, essas pessoas têm o direito de ser ensinadas em Língua de Sinais.

Reforçando esse pensamento, Lodi e Harrison (1998) apontam a importância da escola oferecer, à criança surda, oportunidade de adquirir a sua primeira língua e de se constituir como sujeito linguístico, da mesma maneira como essa oportunidade é oferecida à criança ouvinte. Além da questão linguística, para esses pesquisadores, é fundamental estar atento à cultura que a criança está inserida. Tanto a comunidade surda como a ouvinte têm a sua cultura e, por isso, uma proposta além de ser bilíngue, deve ser bicultural. Isso é, deve favorecer o acesso natural do surdo à comunidade surda, permitir que ele se reconheça como parte integrante da mesma e participe, ainda, na comunidade ouvinte.



A proposta bilíngue, no Brasil e em diversos outros países ainda se limita a poucas instituições, pela dificuldade de se organizar grupos de surdos e de ouvintes com domínio de LIBRAS, pela resistência em se aceitar a Língua de Sinais como a primeira língua dos surdos e por não se compreender a necessidade de seu uso no trabalho junto a pessoas surdas (LACERDA, 2000).

Diante do exposto, o presente estudo apresenta reflexões acerca da importância do uso da educação bilíngue como constituidora da subjetividade do surdo, fazendo com que este adquira uma identidade, possibilitando, desta forma, seu desenvolvimento cognitivo, afetivo, linguístico e social.

Com o objetivo de apresentar algumas das principais pesquisas na área em questão, serão observadas, neste artigo, as concepções de subjetividade; língua de sinais e a cultura surda; língua de sinais e linguagem; língua de sinais, família e bilinguismo e a língua de sinais e a constituição da identidade do surdo.

1.2. A CONCEPÇÃO DE SUBJETIVIDADE

O ser humano constrói-se em relação dialética com as condições socioculturais de seu tempo, segundo os pressupostos da linha histórico cultural. Desta forma, ele vive uma história inscrita e marcada por uma posição social e cultural que lhe confere uma “dada realidade”, na qual sua vida ganha forma e sentido, através de instrumentos simbólicos e culturais que mediam sua relação com o mundo.

De acordo com Wertsch (1985); Vygotsky (1988); Vygotsky (1989); Wertsch (1991); Kramer (1997); Smolka (1997) e Wertsch (1998), uma das funções psicológicas superiores responsável pelo processo de constituição do sujeito/da subjetividade é a linguagem, sendo esta constituidora dos aspectos fundamentais às representações, interpretações, análises e intervenções “sobre a realidade”.

Em relação ao que foi exposto, em Kramer (1997, p. 47-48) encontramos:

“[trata-se]... de restaurar o lugar social da linguagem na constituição do sujeito e das teorias que falam a respeito deste sujeito que fala. A linguagem é o local de produção de sentidos e o ponto para o qual o jogo, criatividade e pensamento crítico convergem. Portanto, o sentido plural da palavra é o caminho para o resgate daquilo que no homem é sujeito, no qual ele não se anula nem se desfaz”.

Desta forma, o sujeito é eminentemente semiótico, uma vez que só pode ser compreendido na sua relação com o signo, com a linguagem. E ao falar (ou ao silenciar) ele expõe, tanto seu mundo interno, seus conflitos, necessidades e ansiedades, quanto seu grupo



familiar, sua comunidade, seu grupo social. E para que ocorra este processo é necessária à utilização de uma língua, diferindo de comunidade para comunidade. Na comunidade surda, por exemplo, a língua utilizada é a LIBRAS.

1.3. LÍNGUA DE SINAIS

A língua de sinais é o canal que os surdos dispõem para receber a herança cultural, e a Língua Brasileira de Sinais - Libras é utilizada pela comunidade surda brasileira que se torna diferente das línguas orais, pois, utiliza o canal visual-espacial. É adquirida como língua materna pelas crianças surdas e o simples contato com a comunidade de surdos adultos propicia a sua aquisição naturalmente (BRITO, 1993).

De acordo com Quadros (1997), tal língua surge pelos mesmos ideais, às necessidades naturais e específicas dos seres humanos de usarem um sistema linguístico para expressarem ideias, sentimentos e ações. Dessa forma, a língua de sinais constituiu-se da necessidade de os surdos se comunicarem e participarem como parte integrante do seu meio, uma vez que apresentam dificuldades na aquisição da língua oral.

Esta língua apresenta em sua estrutura sistemas abstratos, regras gramaticais e complexidades linguísticas, como também expressões metafóricas. Quadros ressalta ainda que a língua de sinais se apresenta tão complexa e expressiva quanto à língua oral.

Língua de sinais tem como meio propagador o campo gesto-visual, o que a diferencia da língua oral, que utiliza o canal oral-auditivo. Além dessa diferença, também apresenta antagonismos quanto às regras constitutivas. No entanto, a língua de sinais deve ser respeitada como língua, pois assume a mesma função da língua oral, a comunicação.

Esta língua, como todas as outras, estabelece características próprias, de acordo com a nacionalidade e até mesmo a regionalidade. Ela compreende uma organização material de constituintes, fechada e convencional, correspondentes às possibilidades do canal visual-manual-gestual. Como afirma Sacks (1998), as línguas de sinais apresentam sintaxe, gramática e semântica completas, mas possuem caráter diferente daquele das línguas escritas e faladas.

A língua de sinais será necessária para que haja condições mais propícias à expansão das relações interpessoais, constituindo o funcionamento cognitivo e afetivo, promovendo a constituição da subjetividade (GÓES, 1999).

Muitos profissionais que trabalham com surdos têm uma visão sobre a língua de sinais como uma forma de comunicação, não atribuindo a ela o *status* de língua e considerando-a apenas uma alternativa para os surdos que não conseguiram desenvolver a língua oral.



Segundo Skliar (1997), o oralismo é considerado pelos estudiosos uma imposição social de uma maioria linguística sobre uma minoria linguística.

Como consequência do predomínio dessa visão oralista sobre a língua de sinais e sobre surdez, o surdo acaba não participando do processo de integração social. Embora a premissa mais forte que sustenta o oralismo seja a integração do surdo na comunidade ouvinte, ela não consegue ser alcançada na prática, pelo menos pela grande maioria de surdos. Isso acaba refletindo, principalmente, no desenvolvimento de sua linguagem, sendo então o surdo silenciado pelo ouvinte, por muitas vezes não ser compreendido.

1.4. LÍNGUA DE SINAIS E LINGUAGEM

A linguagem envolve um processo altamente complexo, uma vez que está diretamente relacionada à elaboração e simbolização do pensamento humano. É a faculdade humana e abstrata de representação de conteúdos. É por seu intermédio que o homem pode estabelecer contatos com seus semelhantes, desenvolvendo a habilidade de compartilhar suas experiências, pensamentos, idéias, desejos, na busca de novas experiências e conhecimentos, ou seja, comunicar-se com outrem. (RUSSO & SANTOS, 1994).

Sendo entendida como algo interior, segundo as autoras supracitadas, a linguagem pode ser tanto verbal quanto não-verbal. A mesma será verbal quando expressada por intermédio da fala, a qual, por sua vez, é a exteriorização do pensamento abstrato, realizada através do uso sistemático de emissões ou expressões de símbolos verbais ou palavras contidas código de uma língua.

O código é o conjunto de representações concretas da linguagem humana, constituído por instrumentos convencionais, tais como: signos, sinais e símbolos ordenados a fim de formarem determinada língua.

A linguagem não-verbal é aquela que envolve o uso de gestos indicativos e/ou representativos, expressão corporal e facial, a para linguagem, manifestada através de qualidades e características vocais específicas.

A capacidade de aquisição da linguagem é notável por sua universalidade em toda a raça humana, sendo uniforme e específica desta. Ao ser analisada uma língua e seu funcionamento descobrimos ser ela extraordinariamente complexa, abrangendo princípios ou sistemas de organização altamente abstratos. Mesmo assim, nos primeiros anos de vida uma criança é capaz de dominar um sistema linguístico idêntico àquele empregado pelas pessoas que a cercam.



A partir da aquisição de uma língua, a criança passa a construir sua subjetividade, pois ela terá recursos para sua inserção no processo dialógico de sua comunidade, trocando idéias, sentimentos, compreendendo o que se passa em seu meio e adquirindo, então, novas concepções de mundo. No caso de crianças surdas, filhas de pais ouvintes, esse processo não irá acontecer naturalmente, já que as modalidades linguísticas utilizadas nas interações mãe-criança não são facilmente adquiridas por essas crianças. O processo de aquisição da língua não será natural, como é para as crianças ouvintes. Há então a necessidade de se colocar a criança surda próxima de seus pares o mais rápido possível, ou seja, em contato com um adulto surdo, fluente em Libras, que será para essa criança o meio mais fácil de propiciar sua aquisição da língua. Nestas condições, adquirindo a Libras, ela se tornará capaz de significar o mundo. As experiências mais promissoras indicam para a necessidade de atuação direta dos adultos surdos sinalizadores com os surdos que não têm acesso à língua de sinais, para que este se dê de forma rápida e eficiente, além de isso contribuir para a formação da identidade de pessoa surda desses sujeitos.

A língua de sinais representa um papel expressivo na vida do sujeito surdo, conduzindo-o, por intermédio de uma língua estruturada, ao desenvolvimento pleno. Harrison (2000) refere que essa língua fornece para a criança surda a oportunidade de ter acesso à aquisição de linguagem e de conhecimento de mundo e de si mesma. Essa língua como qualquer outra, deve ser inserida na vida da criança nos três primeiros anos de idade, para que a criança a adquira naturalmente.

No momento em que a criança adquire sua língua natural ela se torna capaz de realizar o aprendizado de uma segunda língua, tornando-se um ser bilíngue. No caso dos surdos, como nem sempre isso é uma realidade, podemos encontrar surdos adultos que, pela falta de acesso à língua de sinais na infância, chegam à vida adulta sem ter adquirido nenhuma língua, por terem sido apenas expostos a uma língua oral e não terem desempenho satisfatório com esta.

1.5. LÍNGUA DE SINAIS, FAMÍLIA E BILINGUÍSMO

É indiscutível a importância da família no desenvolvimento de crianças/adolescentes. A família é o núcleo social básico e das relações aí estabelecidas vão dependerem das relações interpessoais de seus integrantes. Nas ações educacionais, as experiências da vida familiar estão sempre presentes, podendo auxiliar ou dificultar o processo dos alunos. O que a pessoa é depende de como são estabelecidas as relações familiares, as quais sempre estarão refletidas no decorrer de sua vida (Lima, Maia e Distler, 1999; Dias e col., 1999).



O reconhecimento da importância da família para o processo educacional se explicita em vários artigos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Nº 9.394/96), que estabelecem a incumbência das instituições de ensino e de seus docentes se articularem com as famílias, visando integrá-las à escola, e auxiliarem a fortalecer os vínculos familiares (Souza e Silva, 1997).

No caso específico do atendimento educacional a alunos com necessidades educativas especiais, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), documento internacional que orienta a política nacional brasileira, congrega a todos os governos “encorajarem e facilitarem” (p.2) a participação dos pais no planejamento e tomada de decisões nos serviços especializados, estabelecendo, com eles, uma verdadeira parceria.

Apesar da importância e da ênfase que as políticas educacionais têm dado à participação da família no processo educacional de seus filhos, ainda é muito incipiente o trabalho sistemático com as mesmas, principalmente nas redes públicas de ensino. Esse trabalho é organizado com mais dificuldade quando se trata da família de alunos surdos em uma perspectiva bilíngue, o qual exige a contratação de instrutor surdo para ensinar a Língua de Sinais (Libras) (Pedroso e Dias, 2000; Mantelatto, Pedroso e Dias, 2000).

Reis (1997) observou em seus estudos com pais que o que mais os angustia com relação ao filho surdo não é a surdez, mas as dificuldades comunicativas acarretadas por esta. Infelizmente, os pais ainda sofrem por causa desse obstáculo existente na sua relação com o filho surdo, consequência do direcionamento oral, clínico e educacional inserido na vida da criança surda.

Se os pais recebessem orientações adequadas quanto à importância da Libras para o desenvolvimento da criança, sobre as possibilidades que essa língua oferece para a criança se comunicar com eles de forma clara, contar-lhes sobre suas brincadeiras, aprender seu ensinamento se adquirir conhecimento, com certeza seriam poupados dessa criança e de seus pais transtornos e prejuízos, e principalmente os problemas emocionais a que estes são submetidos. É imprescindível para essa criança e para sua família que o contato com a língua de sinais seja estabelecido o mais rápido possível.

Quando a família aceita a surdez e a Libras como uma modalidade comunicativa importante e passa a utilizá-la com a criança, esta irá apresentar condição para realizar novas aquisições, impulsionando seu desenvolvimento linguístico. A família, então, exerce papel determinante para o estabelecimento da língua de sinais, como língua funcionante no discurso da criança surda nos primeiros anos de vida.



Quando a criança não recebe o suporte familiar, apresentará, muitas vezes, resultados insatisfatórios quanto ao desenvolvimento de linguagem e comunicação, o que irá afetá-la emocionalmente. A família é o alicerce para a criança e quando esta base não está firme advirão consequências para o desenvolvimento, gerando comportamentos agressivos e frustrações.

Segundo Kyle (1999), a língua de sinais é natural para o surdo, pois é adquirida de forma rápida e espontânea, por isso a criança surda precisa ter acesso à língua de sinais o mais cedo possível, antes mesmo do seu ingresso na escola. Daí a necessidade de a criança surda, filha de pais ouvintes, bem como de sua família ter contato com adultos surdos, usuários de língua de sinais.

Cárnio et al. (2000) ressaltam que não se pode negar que as crianças surdas filhas de pais ouvintes serão expostas constantemente à língua oral. Dessa forma algumas dessas crianças poderão adquirir simultaneamente a língua de sinais e a língua de seus pais.

O bilinguismo possibilita ao surdo adquirir/aprender a língua que faz parte da comunidade surda. O trabalho bilíngue educacional respeita as particularidades da criança surda, estabelecendo suas capacidades como meio para essa criança realizar seu aprendizado. Esta proposta também oferece o acesso à língua oral e aos conhecimentos sistematizados, priorizando que a educação deve ser construída a partir de uma primeira língua, a de sinais, para em seguida ocorrer a aquisição da segunda língua, o português (oral e/ou escrito).

Por todas essas questões, o que se propõe, hoje, por pesquisadores como Ferreira-Brito (1989) e Felipe (1989) com maior ênfase, é um encaminhamento de bilinguismo diglósico para o surdo, no qual se utiliza a língua de sinais em todas as situações em que a língua materna é usada e o emprego da escrita da segunda língua oral (doravante L2). Mais recentemente, estudiosos, como Quadros (1997), propõem que a aprendizagem da modalidade escrita da Libras também ocorra, uma vez que o conhecimento da organização estrutural de um sistema escrito da língua materna pode ancorar o aprendizado dessa modalidade linguística para a segunda língua.

Grosjean (2001) observa que a primeira língua, quando adquirida normalmente, tem papel fundamental na aquisição da segunda língua.

Compartilhando da ideia de Reis (1997) de que a linguagem será construída nas interações estabelecidas pela criança, pois a aquisição do sistema linguístico surge da reorganização de seus processos mentais. A autora também afirma que a linguagem apresenta grande importância na formação da consciência, promovendo a ampliação da percepção de



mundo, assegurando o processo de abstração e generalização, sendo, então, o elo de transmissão de informação e cultura entre a criança e o mundo.

Telles (1998, p. 7) afirma que “a formação do pensamento representacional é assegurada pelo desenvolvimento processual harmônico da função simbólica, sendo a linguagem uma das mais satisfatórias”. Com isso a autora refere que por intermédio das significações e concepções construídas por meio de um desenvolvimento pleno do sujeito, este é capaz de fazer parte integrante das relações que constroem e fortalecem sua cultura e comunidade.

1.6. LÍNGUA DE SINAIS E A CONSTITUIÇÃO DA IDENTIDADE DO SURDO

Segundo com Rossi (2000), a criança irá construir sua realidade social e descobrir a si própria pela comunicação, ou seja, por meio das interações ela passa a se perceber e se identificar com seus pares, estabelecendo, assim, as diferenças entre os indivíduos inseridos em seu meio.

De acordo com o que foi exposto acima existem crianças que possuíram dificuldade em relação a sua comunicação devido a diversos fatores. As crianças com alterações auditivas (surdas) são exemplos de sujeitos que irão apresentar dificuldades nas interações, pois, são levadas a conviver apenas com uma comunidade ouvinte, sem contato com outros surdos, sua surdez tende a ser ocultada e depreciada. O estigma de deficiente agrava-se a cada dificuldade que essa pessoa irá encontrar para se igualar com o ouvinte.

É importante que o surdo se mantenha integrado em sua comunidade, se relacione com seus pares, sem se isolar da comunidade majoritária. O objetivo dessa interação é a constituição da identidade surda, de se aceitar como uma pessoa normal, com potencialidades e limitações, apenas surda. Para que o surdo possa reconhecer sua identidade surda é importante que ele estabeleça o contato com a comunidade surda, para que realize sua identificação com a cultura, os costumes, a língua e, principalmente, a diferença de sua condição. Por intermédio das relações sociais, o sujeito tem possibilidade de aceção e representação de si próprio e do mundo, definindo suas características e seu comportamento diante dessas vivências sociais.

De acordo com Souza (1998), a partir do momento em que os surdos passaram a se reunir em escolas e associações e se constituíram em grupo por meio de uma língua, passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade.



A comunidade surda pode ser representada por associações, igrejas, escolas, clubes, ou seja, qualquer lugar onde um grupo de surdos se reúne e divulga sua cultura, troca ideias e experiências e usa a língua de sinais. Dessa forma ela exerce um papel construtor para a identidade surda, pois é por meio dela que ocorrem as identificações com seus pares e a aceitação da diferença, não como um deficiente ou não-normal, mas com uma cultura rica que possui valores e língua própria. Porém, esta é minoria diante da onipotente comunidade ouvinte, que, muitas vezes, vê os surdos e sua comunidade como “(...) parte da comunidade mais ampla de incapazes (...)” (Garcia, 1999, p. 152).

Solé (1998) refere que, em pesquisas feitas com adolescentes surdos, estes referem que seus pais ouvintes não possuem mais valores para lhes transmitir, pois eles não “entendem” ou “não gostam de surdos”.

Assim, conforme a autora, esses adolescentes buscam na comunidade surda uma possibilidade identificatória capaz de responder sobre o seu EU. Na comunidade o adolescente terá a chance de obter uma singularidade (IBID, 1998).

Se o sujeito surdo fosse envolvido na comunidade surda e sua língua e cultura fossem respeitadas, sua identificação se daria diante de uma comunidade diferente, íntegra, em vez de desenvolver uma identidade criada a partir da imperfeição da “normalidade”.

Quando a sociedade ouvinte marginaliza o surdo e não o respeita como cidadão com deveres e direitos diante da sociedade, isso cria um estigma de deficiente que não o leva a se desenvolver plenamente.

Revertendo esta situação, permitindo que o surdo possa ter contato com seus pares, conhecer sua cultura, usar a língua que é própria do surdo, ele terá consciência do significado de sua cultura e percepção de si próprio.

O que atrai o surdo a integrar-se em uma comunidade surda são as possibilidades comunicativas e a identificação de si, que lhe causam uma participação confortável de convívio. De acordo com Góes (2000), a comunidade dos surdos possibilita à criança significar-se como surdo, assim como faz com que ela se veja como sujeito pertencente a uma língua efetiva, que apresenta características próprias e que se configura como fonte de identidade.

Infelizmente, na maioria das vezes, o surdo só é visto pela sua incapacidade, sendo depreciada sua diversidade cultural e linguística. Os surdos pertencentes ao convívio da comunidade surda consideram-se pessoas que utilizam uma forma linguística diferente, sendo que desejam ser vistos como pessoas capazes, que possuem suas particularidades, o que não os impede de crescerem e se desenvolverem da mesma forma que os ouvintes.



A língua de sinais, quando adquirida nos primeiros anos de vida, fornece à criança surda um desenvolvimento pleno como sujeito, porém, quando sua aquisição é tardia, o surdo encontra algumas dificuldades na compreensão de um contexto complexo: pensamento abstrato, desenvolvimento de sua subjetividade, evocação do passado, entre outras.

Pensando no indivíduo surdo, acreditamos que seja importante para este como sujeito: crescer, desenvolver-se, amadurecer, construir e constituir-se inserido numa língua própria e natural. A criança, ao ter acesso a uma língua, passa a desenvolver linguagem, interagindo com o outro, repensando suas ações, elaborando seu pensamento, vivenciando novas experiências e se desenvolvendo. Uma criança que não escuta possui as mesmas condições de aprendizagem que uma criança ouvinte, porém o acesso à linguagem se dará por meio do canal gesto-visual.

Ao permitir que a criança surda tenha a oportunidade de se desenvolver de forma análoga à das crianças ouvintes, estar-se-á respeitando sua língua, sua diferença. Não se pode mais negar aos surdos o direito de ser parte integrante e participativa de nossa sociedade. Além disso, para que o surdo possa desenvolver-se, não basta apenas permitir que use sua língua, é preciso também promover a integração com sua cultura, para que se identifique e possa utilizar efetivamente a língua de sinais. A comunidade surda terá muita importância para o desenvolvimento da identidade, pois nessa comunidade a língua de sinais ocorre de forma espontânea e efetiva. Todo sujeito precisa interagir em seu meio, apropriar-se de sua cultura e de sua história, e formar sua identidade por intermédio do convívio com o outro.

7 METODOLOGIA

O presente artigo se constitui em uma pesquisa bibliográfica em que se aspira mostrar a importância da educação bilíngue constituidora do surdo como sujeito.

Realizou-se a princípio, uma pré-leitura pesquisando-se em livros a existência das informações desejadas. Através dessa primeira leitura fez-se uma seleção de obras para serem examinados mais atentamente.

Em seguida realizou-se as leituras críticas/analíticas dos textos/livros selecionados para depois proceder a leitura interpretativa procurando estabelecer relações, confrontar ideias e refutar ou confirmar opiniões dos autores pesquisados acerca da educação bilíngue como constituidora da formação da identidade do surdo.

8 RESULTADOS E DISCUSSÕES



De acordo com Quadros (1997), crianças que nascem surdas apresentam dificuldade em relação à aquisição e desenvolvimento da linguagem, devido a limitações auditivas. Porém estas crianças apresentam um desenvolvimento cognitivo normal. Para que a cognição deste indivíduo seja estimulada de forma adequada alguns aspectos naturais devem ser respeitados e estimulados, como a sua língua (língua de sinais) e esta dará um suporte para que a criança desenvolva a língua da comunidade majoritária (ouvintes).

A Libras se torna uma ferramenta de empoderamento que permite ao surdo maior mobilidade e fluidez nas formações discursivas, como também fornece subsídios que o ajudam na constituição de suas identidades frente as imposições do ouvinte.

Porém o surdo necessita adquirir esta língua de forma natural e no período do seu desenvolvimento linguístico, pois, a língua de sinais apresenta também, por ser uma língua, um período crítico precoce para sua aquisição, considerando-se que a forma de comunicação natural é aquela para o qual o sujeito está preparado, levando-se em consideração a noção de conforto estabelecido diante de qualquer tipo de aquisição na terna idade.

Segundo Ferreira-Brito (1989), a educação bilíngue será importante para que a criança surda adquira a língua de sinais, em um ambiente adequado para a formação da sua identidade.

9 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação é muito relevante para que o surdo possa adquirir a sua língua materna e também a língua da comunidade ouvinte para poder estar inserido nas duas culturas. Desta maneira muitas escolas de surdo utilizam o método bilíngue.

Educação bilíngue é uma proposta onde o bilinguismo atua como uma possibilidade de integração do indivíduo ao meio sociocultural a que naturalmente pertence, ou seja, às comunidades de surdos e de ouvintes.

Entretanto a resistência de alguns familiares em aceitar a Libras como primeira língua dos surdos. Os familiares, frequentemente, expressam o desejo dos filhos surdos falarem como principal modalidade de comunicação. Em contrapartida alguns familiares percebem como o uso dos sinais pode ativar a sua competência linguística, facilitando o aprendizado do Português nas modalidades escrita e oral, principalmente por aumentar a compreensão.

Além de questões referentes à aprendizagem, o surdo inserido em uma comunidade surda com o uso constante de sua língua conseguiu criar laços de identidade entre si e assim passaram a ter a possibilidade de refletir sobre um universo de discursos sobre eles próprios, e

com isso conquistaram um espaço favorável para o desenvolvimento ideológico da própria identidade.

10 REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Ensino de língua portuguesa para surdos*, v. 2. Brasília, 2002.
- BRITO, L.F. *Integração social & Educação de surdos*. Rio de Janeiro: Babel; 1993.
- CÁRNIO, M.S.; COUTO, M.I.V.; LICHYIG, I. **Linguagem e surdez**. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000.
- FELIPE, Tanya. **Projeto Dicionário Virtual da LIBRAS**. Anais do Seminário: Surdez: Diversidade Social. Rio de Janeiro: INES – 2001.
- FERREIRA-BRITO, L. **Necessidade psico-social de um bilingüismo para o surdo**. In: Trabalhos em lingüística aplicada, Campinas, (14): 1-263, Jul./Dez., 1989.
- GARCIA, B.G. **O multiculturalismo na educação dos surdos: a resistência e a relevância da diversidade para a educação de surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999. p. 149-162.
- GÓES, M.C.R. **Linguagem, Surdez e Educação**. Campinas: Autores Associados, 1999.
- GROSJEAN, F. **The right of the deaf child to grow up bilingual**. In: Sign language studies, Washinton: Gallaudet University Press, V I, N. II, Winter, 2001.
- HARRISON, K.M.P. **O momento do diagnóstico de surdez e as possibilidades de encaminhamento**. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000.
- KYLE, J. **O ambiente bilíngüe: alguns comentários sobre o desenvolvimento do bilingüismo para surdos**. In: SKLIAR, C. (Org.). Atualidades da educação bilíngüe para surdos. Porto Alegre: Mediação, 1999.
- LACERDA, C. (2000) **O intérprete de Língua de Sinais no contexto de uma sala de aula de alunos ouvintes**. Trabalho submetido a apresentação na 23ª Reunião da ANPED, Caxambu, 2000.
- LIMA, R.P.; MAIA, R. e DISTLER, S.D. (1999). **Reflexão sobre um trabalho com famílias**. Espaço, (11), 37-39.
- LODI A.C. e HARRISON, K.M.P. **Língua de Sinais e fonoaudiologia**. Espaço, (10), 41-46. (1998).
- PEDROSO, C.C.A. e DIAS, T.R.S. (2000) **Atuação de instrutor surdo no ensino da Língua de Sinais na Educação Superior**. Temas sobre Desenvolvimento, 9(51),18-20.
- QUADROS, R.M. **Educação de surdos: A aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artes Médicas; 1997.
- REIS, V.P.F. **A linguagem e seus efeitos no desenvolvimento cognitivo e emocional da criança surda**. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 6, p. 23-38, 1997.
- ROSSI, T.R.F. **Um processo em direção ao bilingüismo**. In: LACERDA, C.B.F.; NAKAMURA, H.; LIMA, M.C. (Org.). Fonoaudiologia: surdez e abordagem bilíngüe. São Paulo: Plexus, 2000. p. 99-102.
- RUSSO, Iêda C. Pacheco; SANTOS, Tereza M. Momensohn. **Audiologia Infantil**. São Paulo: Cortez Editora, 1994.
- SACKS, O. **Vendo Vozes**. Tradução de Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras; 1998.



SKLIAR, Carlos (Org.). *A Surdez: Um Olhar sobre as Diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SOLÉ, M.C.P. *A surdez enquanto marca constitutiva*. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 7, p. 17-23, 1998.

SOUZA, N. P. e SILVA, E. B. (1997). *Como entender e aplicar a nova LDB*. São Paulo: Pioneira.

SOUZA, R.M. (1998) *Língua de Sinais e língua majoritária como produto de trabalho discursivo*. Cadernos CEDES, 46, pp.57-80.

TELLES, M.T. *Aquisição de língua (linguagem): a discussão permanece*. Espaço Informativo Técnico Científico do INES, Rio de Janeiro, v. 9, p. 3-7, 1998.

